

CUIDAR COM PROPÓSITO:

REFLEXÕES MULTIPROFISSIONAIS
NA SAÚDE DA MULHER



1º EDIÇÃO

ORGANIZADORES

Cristiano Borges Lopes
Rebeca Alves Ferreira Nery Moreira
Tallyta Veras Rodrigues
Jordana Gonçalves Vilela Sousa



ORGANIZADORES:

CRISTIANO BORGES LOPES
REBECA ALVES FERREIRA NERY MOREIRA
TALLYTA VERAS RODRIGUES
JORDANA GOLÇALVES VILELA SOUSA

CRÉDITOS DE PUBLICAÇÃO

Editora – Chefe:

Rebeca Alves Ferreira Nery Moreira

Projeto Gráfico:

Marlisson Kawan Dias Oliveira

Diagramação:

Cristiano Borges Lopes

Revisão:

Os Autores

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

I Congresso Regional Multiprofissional de Saúde da
Mulher [livro eletrônico] : cuidar com
propósito : reflexões multiprofissionais na
saúde da mulher / organização Cristiano Borges
Lopes ... [et al.]. -- 1. ed. -- Baixio, CE :
Editora Intellectus, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-986775-4-1

1. Autocuidados de saúde 2. Bem-estar
3. Mulheres - Saúde e higiene - Obras de divulgação
4. Saúde da mulher I. Lopes, Cristiano Borges.

25-320882.0

CDD-613.04244

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde da mulher : Promoção : Ciências médicas
613.04244

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

 **10.36599/intele-978-65-986775-4-1**

 **978-65-986775-4-1**



CONSELHO EDITORIAL

Inaldo Kley do Nascimento Moraes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Francisco Ronner Andrade da Silva

Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM)

Rodrigues Martins de Jesus

Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU)

Érika Roberta Soares Lopes

Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)

Pedro Jonathan Sousa Araujo

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Xênia Maria Fideles Leite de Oliveira

Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Silvia Maria Muniz de Barros

Lara Lima Araújo

Vitor Menezes dos Santos

Damaraellen Pereira Conceição

Felipe Ávela da Silva Leiti

Ana Joyce Carvalho Magalhães

Anannda Vitória Bruno Ferreira

Maria Valnicr Silva Sousa

Vitória Gomes Rodrigues

Érika Roberta Soares Lopes

Kailane Silva Prado

Jordana Gonçalves Vilela Sousa

MONITORES

Ana Maria Teles de Sousa

Liandra Silva Zeferino

Stefanny Ximenes Carvalho

Maria Iasmin Rodrigues Farias Bôto

Talita Kele Rodrigues Mendes

Beatriz Neves Guedes

Chayane de Andrade de Souza

Ana Beatriz Reis Nascimento

Mônica Cruz dos Santos

Letícia Alves de Sousa

Maria Amália da Silva Costa

Nathan Soares Rodrigues

Carla Helaine do Nascimento Morais

Bárbara Ribeiro da Silva Luck

Maria Carolina Silva Barbosa

Maria Beatriz Silva Barbosa

Maria Francisca de Aragão Mendes

Thayslane de Oliveira Brandão

Giovanna Maria Rebouças dos Reis

Rosilene Alves Oliveira

AVALIADORES

Francisco Ronner Andrade da Silva

Mateus Henrique Dias Guimarães

Rebeca Alves Ferreira Nery Moreira

Tallyta Veras Rodrigues

Valdemilson Vieira Paiva

APRESENTAÇÃO

O I Congresso Regional Multiprofissional de Saúde da Mulher – ICRMSM representa um marco significativo para a promoção do conhecimento científico e para a valorização do ensino, da assistência e da pesquisa voltadas à saúde integral da mulher. Este evento reuniu docentes, pesquisadores, profissionais da saúde e estudantes comprometidos com a construção de um espaço de aprendizado, reflexão e atualização contínua sobre temáticas essenciais para o cuidado feminino em todas as fases da vida.

A proposta desta edição foi criar um ambiente dinâmico de discussão, integrando saberes teóricos e práticos, estimulando a inovação nas práticas assistenciais e fortalecendo a produção científica regional. A programação contemplou palestras, mesas-redondas, oficinas interativas e apresentações de trabalhos acadêmicos, abordando temas como saúde reprodutiva, gestação, parto, puerpério, prevenção de agravos, assistência multiprofissional e desafios contemporâneos no cuidado à mulher.

O ICRMSM reafirma o compromisso com a excelência na formação e na prática profissional, incentivando ações baseadas em evidências e a integração entre diferentes áreas da saúde. A diversidade temática e a profundidade das discussões demonstram o empenho de toda a comunidade acadêmica e científica em fortalecer o cuidado multiprofissional, promovendo uma atenção mais humana, segura e qualificada à saúde da mulher.

A Comissão Organizadora agradece a todos os participantes, palestrantes, instituições parceiras e colaboradores que tornaram possível a realização deste congresso. Que as experiências compartilhadas ao longo do ICRMSM inspirem novas iniciativas, contribuam para o avanço do ensino e da pesquisa e fortaleçam a atuação de profissionais e futuros profissionais na promoção da saúde da mulher em sua totalidade.

DIREITOS AUTORAIS

A Comissão Organizadora do I Congresso Regional Multiprofissional de Saúde da Mulher – ICRMSM declara que a presente publicação do E-book do evento representa uma cessão temporária e não exclusiva dos direitos autorais, limitada à divulgação científica do trabalho apresentado durante o congresso. A organização do evento e os responsáveis pela publicação dos Anais não assumem responsabilidade solidária pela autoria, originalidade ou conteúdo dos materiais publicados, conforme previsto na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), no artigo 184 do Código Penal e no artigo 927 do Código Civil.

Os autores permanecem detentores dos direitos morais sobre suas obras, sendo incentivados a divulgar seus trabalhos em repositórios institucionais e bases de dados científicas, desde que respeitados os critérios de atribuição de autoria e citação da edição original no E-book do ICRMSM. Ressalta-se que essa divulgação deve ser realizada sem fins lucrativos ou comerciais.

O E-book do ICRMSM é de acesso aberto (open access) e, por isso, não são comercializados em nenhum meio, seja físico ou digital. Dessa forma, não há repasse financeiro de direitos autorais aos autores, uma vez que a publicação tem finalidade exclusivamente científica e educativa.

O conteúdo dos artigos publicados, bem como a forma, a correção e a confiabilidade das informações, são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora Intellectus. É permitido o download e o compartilhamento desta obra, desde que sejam atribuídos os devidos créditos aos autores e à Editora, sendo vedadas quaisquer alterações no conteúdo ou sua utilização para fins comerciais.

Todos os manuscritos incluídos nesta publicação foram previamente submetidos a um processo de avaliação cega por pares, conduzido por membros do Conselho Editorial da Editora Intellectus. A aprovação para publicação foi baseada em critérios rigorosos de neutralidade e imparcialidade acadêmica, garantindo a qualidade e a integridade científica das contribuições apresentadas.

MENSAGEM DA COMISSÃO ORGANIZADORA

A Comissão Organizadora do I Congresso Regional Multiprofissional de Saúde da Mulher – ICRMSM expressa sua sincera gratidão a todos os congressistas que contribuíram para o sucesso desta primeira edição. Encerramos o evento com a certeza de termos cumprido nosso propósito de promover a atualização científica, o intercâmbio de conhecimentos e o fortalecimento das práticas acadêmicas e profissionais voltadas à saúde da mulher.

Ao longo dos dois dias de congresso, contamos com a participação de renomados especialistas, cujas contribuições enriqueceram de forma significativa nossa programação. Palestras, mesas-redondas, minicursos e apresentações de trabalhos foram cuidadosamente elaborados para abordar temas atuais e relevantes, criando um espaço de reflexão crítica e de aprimoramento profissional.

Acreditamos que os conhecimentos compartilhados durante o evento repercutirão positivamente na prática clínica, na pesquisa e na formação de profissionais da área. O engajamento dos participantes e a qualidade das discussões reafirmaram a importância de iniciativas como esta para o avanço das práticas multiprofissionais em saúde da mulher.

Reiteramos nossos agradecimentos a todos os participantes, palestrantes, instituições parceiras e membros da equipe organizadora. Que as experiências vivenciadas no ICRMSM inspirem novas ações e contribuam para o fortalecimento contínuo da pesquisa, da extensão e da formação em Saúde da Mulher. Esperamos encontrá-los nas próximas edições.

Comissão Organizadora do ICRMSM – 1ª EDIÇÃO

PROGRAMAÇÃO ICRMSM - 1ª EDIÇÃO			
22, 23 & 24 DE AGOSTO DE 2025			
DATA	ATIVIDADE	PALESTRANTE	TÍTULO DA ATIVIDADE
22/08/2025	Palestra	Dra. Karol Araújo	Conduta nutricional no tratamento da Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP)
22/08/2025	Palestra	Dra. Amanda Duarte de Andrade	Peculiaridades da Saúde Cardiovascular em mulheres: da idade fértil ao pós-menopausa
22/08/2025	Palestra	Dra. Luanna Bergamaschi	Violência Ginecológica na Coleta de Exame Citopatológico de Colo Uterino
22/08/2025	Palestra	Dra. Ythalla Dellamary Feitosa	Saúde da mulher em todas as fases
22/08/2025	Palestra	Dra. Paulyne da Costa Gomes.	Fisioterapia para Redução da Diástase dos Músculos Retos Abdominais no Pós-Parto
23/08/2025	Palestra	Dra. Vitória Lúcia Soares Oliveira	Boas Práticas na Assistência ao Parto
23/08/2025	Palestra	Dra. Marília de Oliveira Mineiro	Cicatrizes Invisíveis: como a ginecologia natural pode apoiar mulheres que vivenciaram violência
23/08/2025	Palestra	Dra. Beatriz Ribeiro Lopes Teixeira	Do que se trata a violência obstétrica

SIGA AS REDES DA EDITORA:

Instagram: @editoraintelectus

Site: www.editoraintelectus.com.br

Youtube: <https://www.youtube.com/@editoraintelectus>

SUMÁRIO

O ENFERMEIRO COMO AGENTE TRANSFORMADOR NA SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR: ESTRATÉGIAS INTEGRADAS NO SUS.....	6
ENSINO REMOTO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE UM CURSO DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DA SAÚDE	15
ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NO PRÉ-NATAL: INVISIBILIDADES E POSSIBILIDADES NO CUIDADO PRIMÁRIO À GESTANTE.....	22
O PRÉ-NATAL DO PARCEIRO: UMA POLÍTICA EM BUSCA DE SEU LUGAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	29
IMPACTOS DA LEI Nº 14.443/2022 NA AUTONOMIA REPRODUTIVA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	36
O PRÉ-NATAL E A LENTE DOS DETERMINANTES SOCIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA EQUIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	43
AS MÚLTIPLAS FACES DO RISCO: UMA ANÁLISE INTEGRADA DAS BARREIRAS NO CUIDADO À GESTANTE DE ALTO RISCO	50
EMPODERAMENTO FEMININO E AUTONOMIA CORPORAL: DESAFIOS E AVANÇOS NA SAÚDE REPRODUTIVA, GINECOLÓGICA E SEXUAL	57



CAPÍTULO 8

EMPODERAMENTO FEMININO E AUTONOMIA CORPORAL: DESAFIOS E AVANÇOS NA SAÚDE REPRODUTIVA, GINECOLÓGICA E SEXUAL

FEMALE EMPOWERMENT AND BODY AUTONOMY: CHALLENGES AND ADVANCES IN REPRODUCTIVE, GYNECOLOGICAL AND SEXUAL HEALTH

Beatriz Neves Guedes

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste – UNIAENE, Cachoeira, BA.

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7191-5641>

Alaíde Juliana Fernandes da Silva

Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, Belém, PA.

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2856-9301>

Isadora Pinheiro Franklin

Graduanda em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora – SUPREMA, Juiz de Fora, MG.

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3059-4421>

Francisca Andreza Passos Silva

Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Cajazeiras, PA.

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1196-4126>

Mariana Maria Fonseca de Sousa Alves

Graduanda em Farmácia pela universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, PI.

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9045-229X>

Laura Chrystinne da Silva

Graduanda em Fisioterapia pela Faculdade Maurício de Nassau – UNINASSAU, Garanhuns, PE

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2309-2878>

Leydilene Alves Dantas

Graduanda em Fisioterapia pela Universidade da Amazonia de Belém, PA.

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7093-1018>

Nathalia Vitória da Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR Arapiraca, AL

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0402-8662>

Maria Eduarda Ottoni Portela de Almeida

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, Recife PE

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7374-6513>

Cicera Hellen Cavalcante Gonçalves

Bacharel em Nutrição pelo Centro Universitário Maurício de Nassau de Juazeiro do Norte – UNINASSAU, Juazeiro do Norte, CE.

ID Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0394-2162>

DOI: 10.36599/intele-978-65-986775-4-1_008

RESUMO

Introdução: A autonomia entendida como liberdade de ser e decidir, é um componente fundamental no fortalecimento da subjetividade feminina. Ela permite que a mulher se reconheça como protagonista de sua própria trajetória, assumindo o poder de fazer escolhas sobre seu corpo, sua sexualidade e seus caminhos de vida. **Objetivo:** Analisar os avanços e os desafios relacionados ao empoderamento feminino e à autonomia corporal no contexto da saúde reprodutiva, ginecológica e sexual no Brasil. **Metodologia:** Este estudo é uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados utilizadas referem-se a PubMed, SciELO e BVS. Incluíram-se estudos originais quantitativos e qualitativos, análises multiníveis e relatos de experiência; excluíram-se duplicatas, trabalhos acadêmicos, revisões, opiniões e capítulos de livros. Ao final, 12 artigos foram incluídos. **Resultados e Discussão:** Nas últimas décadas, houveram avanços significativos na promoção da autonomia corporal e no fortalecimento do papel feminino na saúde reprodutiva, ginecológica e sexual. Observa-se, entretanto, que o acesso à informação sobre reprodução, sexualidade e direitos femininos ainda é escasso em grupos vulneráveis, mostrando uma corresponsabilidade entre a saúde e a educação, no âmbito governamental. **Considerações Finais:** A ampliação do debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, impulsionada por políticas públicas, movimentos sociais e pesquisas recentes, contribuiu para reconhecer a mulher como sujeito de direitos e promover práticas centradas na pessoa. No entanto, desigualdades de gênero, raça, classe, território e condição social permanecem determinantes na limitação do acesso a informações, métodos contraceptivos e cuidados em saúde de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia corporal; Empoderamento feminino; Saúde da mulher; Saúde reprodutiva.

ABSTRACT

Introduction: Autonomy, understood as the freedom to be and decide, is a fundamental component in strengthening female subjectivity. It allows women to recognize themselves as protagonists of their own journey, assuming the power to make choices about their bodies, sexuality, and life paths. **Objective:** To analyze the advances and challenges related to female empowerment and bodily autonomy in the context of reproductive, gynecological, and sexual health in Brazil. **Methodology:** This study is an integrative literature review. The databases used are PubMed, SciELO, and BVS. Original quantitative and qualitative studies, multilevel analyses, and experience reports were included; duplicates, academic papers, reviews, opinions, and book chapters were excluded. In the end, 12 articles were included. **Results and Discussion:** In recent decades, there have been significant advances in promoting bodily autonomy and strengthening the role of women in reproductive, gynecological, and sexual health. However, it is observed that access to information about reproduction, sexuality, and women's rights remains scarce among vulnerable groups, demonstrating a shared responsibility between health and education at the government level. **Final Considerations:** The expansion of the debate on sexual and reproductive rights, driven by public policies, social movements, and recent research, has contributed to recognizing women as subjects of rights and promoting person-centered practices. However, inequalities based on gender, race, class, territory, and social status remain determining factors in limiting access to information, contraceptive methods, and quality health care.

KEYWORDS: Bodily autonomy; Female empowerment; Women's health; Reproductive health.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o movimento feminista teve início com a luta pelo direito ao voto, liderada por Bertha Lutz no início do século XX, que resultou na promulgação do novo Código Eleitoral em 1932. Após um período de retração, o movimento retomou força nos anos 1960 e, especialmente na década de 1980,

ganhou destaque com a atuação de grupos que passaram a debater pautas ligadas aos direitos das mulheres. Um marco desse período foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1984, que representou um avanço significativo na institucionalização das demandas femininas (Santos, 2020).

A partir das mobilizações sociais, importantes conquistas foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, especialmente com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a saúde como um direito social fundamental (Art. 6º). Apesar dos avanços, persistem barreiras ao acesso pleno e equitativo das mulheres aos serviços de saúde. Dados do IBGE indicam que mulheres negras têm até 20% menos acesso a exames preventivos, como o papanicolau, em comparação às brancas (IBGE, 2022).

Além disso, a mortalidade materna segue elevada, com 66,7 mortes por 100 mil nascidos vivos em 2022 (Brasil, 2023). Tais desigualdades evidenciam não apenas falhas estruturais, mas também a persistência de um modelo historicamente excludente, no qual os corpos femininos foram subordinados à lógica da reprodução e da sexualidade (Meirelis; Rocha, 2024).

Apesar dos avanços legais promovidos pelo Estado brasileiro na área da saúde da mulher, persistem desigualdades de gênero profundamente enraizadas desde a formação das sociedades humanas. O campo da saúde, por sua vez, carrega um histórico de medicalização e patologização do corpo feminino, tratando a mulher mais como objeto de intervenção do que como sujeito de decisão. Esse cenário se agrava diante de recortes de raça, classe e território, reforçando a urgência de uma abordagem interseccional que reconheça a pluralidade das experiências femininas (Mol; Gazzola, 2024).

O termo “empoderamento” está intimamente ligado a essas lutas históricas e aos esforços para garantir direitos e autonomia às mulheres. Originalmente, ele se referia a movimentos sociais focados na promoção da justiça e da igualdade, representando uma forma de resistência e transformação social. No entanto, com o passar do tempo, o conceito foi apropriado por discursos contemporâneos que enfatizam o auto aprimoramento individual, muitas vezes vinculados a uma lógica consumista e individualista típica da modernidade tardia. Essa mudança de enfoque contribuiu para o esvaziamento do seu sentido original e para a banalização do termo (Cornwall, 2018).

Nesse cenário, a autora Joice Berth, em sua obra *Empoderamento*, ressalta que o conceito tem se tornado cada vez mais complexo, distorcido e mal compreendido, justamente pela ausência de um debate crítico em torno do tema. Para a autora, o problema não está no termo em si, mas na forma superficial e descontextualizada com que tem sido utilizado, o que o afasta de suas raízes políticas e transformadoras no âmbito das teorias sociais e feministas (Berth, 2019).

Apesar das distorções históricas, no campo da saúde, especialmente da saúde da mulher, o empoderamento tem retomado seu sentido original ao promover o protagonismo feminino no cuidado de si e na tomada de decisões. Mulheres que vivenciam esse processo tendem a estabelecer vínculos

mais sólidos com os serviços de saúde, com maior adesão a tratamentos, compreensão de suas condições clínicas e autonomia sobre seus corpos (França et al., 2022).

Nesse contexto, a autonomia entendida como liberdade de ser e decidir é um componente fundamental no fortalecimento da subjetividade feminina. Ela permite que a mulher se reconheça como protagonista de sua própria trajetória, assumindo o poder de fazer escolhas sobre seu corpo, sua sexualidade e seus caminhos de vida. Essa capacidade decisória rompe com padrões históricos de subordinação e dependência, frequentemente sustentados por normas sociais e estruturas patriarcais (Freitas; Mezzaroba; Zilio, 2019).

Dito isto, o presente trabalho objetiva analisar os avanços e os desafios relacionados ao empoderamento feminino e à autonomia corporal no contexto da saúde reprodutiva, ginecológica e sexual no Brasil.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Este é um modelo sistemático que permite construir e guiar pesquisas com rigor científico. Os parâmetros utilizados são delimitados em 6 etapas essenciais: (1) identificação do tema e definição da questão de pesquisa; (2) busca e seleção da literatura; (3) extração e categorização dos dados; (4) análise crítica dos estudos; (5) interpretação dos resultados; e (6) apresentação da revisão (Dantas et al., 2021).

A pergunta norteadora foi elaborada utilizando a estratégia PICO, cujo acrônimo determina (P) População/ Paciente/problema, (I) Interesse e (Co) Contexto. Para esta pesquisa, a população (P) corresponde às mulheres brasileiras, considerando as desigualdades estruturais de gênero; o interesse (I) refere-se ao empoderamento feminino e à autonomia corporal; e o contexto (Co) envolve as políticas públicas com abordagem interseccional no campo da saúde reprodutiva, ginecológica e sexual.

Dessa forma, definiu-se a seguinte questão: “Quais são os avanços e desafios relatados na literatura científica sobre o empoderamento feminino e a autonomia corporal de mulheres brasileiras no campo da saúde reprodutiva, ginecológica e sexual, considerando as desigualdades estruturais de gênero e as políticas públicas com abordagem interseccional?”.

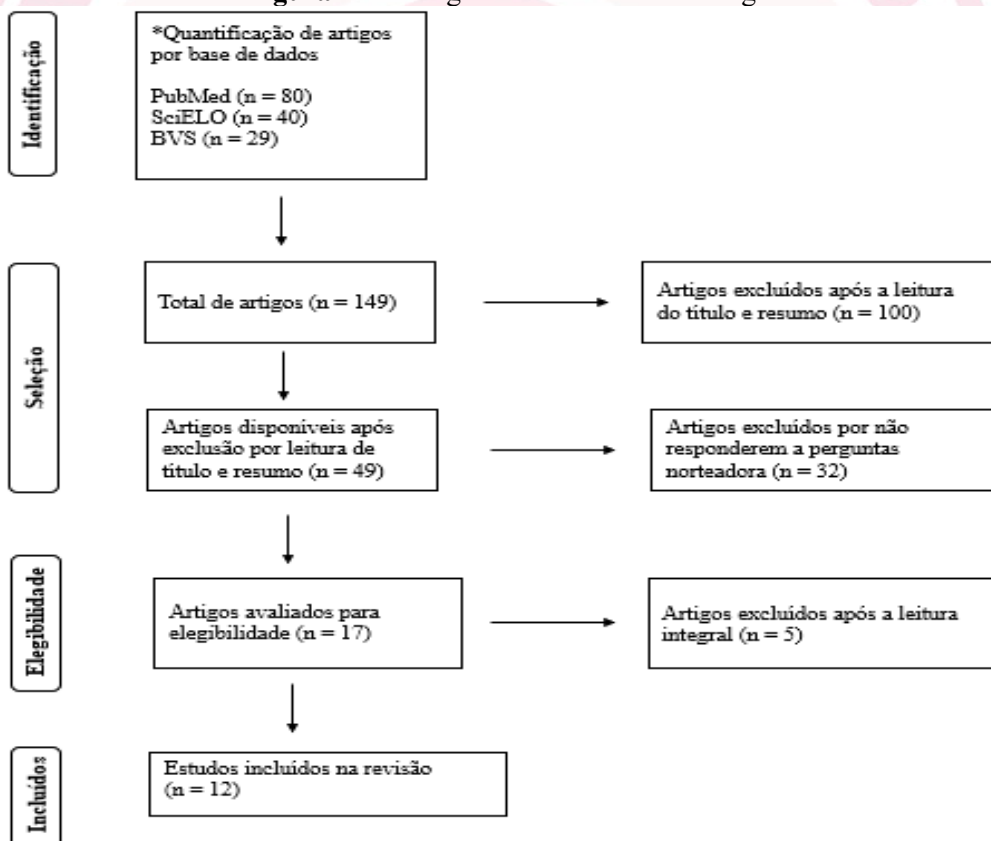
A seleção dos artigos envolveu a pesquisa de artigos científicos publicados nas base de dados National Library of Medicine (PubMed), Scientific Electronic Library Online (SciELO), e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DECS/MESH): (“Empoderamento Feminino” OR “Women’s Empowerment”) AND (“Autonomia Corporal” OR “Bodily Autonomy”) AND (“Saúde da Mulher” OR “Women’s Health”) AND (“Saúde Reprodutiva” OR “Reproductive Health”) AND (“Saúde Sexual” OR “Sexual Health”).

Foram considerados para inclusão artigos publicados entre 2020 e 2025, em português, abrangendo estudos originais de abordagem quantitativa transversal, além de pesquisas de coorte,

análises multinível, estudos qualitativos e relatos de experiência. Em relação aos critérios de exclusão, durante o processo de seleção, envolveu-se a desconsideração de trabalhos duplicados, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, artigos de opinião, artigos incompletos, artigos de revisão de literatura e capítulos de livros.

O processo de seleção iniciou-se com a identificação de 149 artigos, distribuídos em PubMed (n= 80), SciELO (n= 40) e BVS (n=29). Na etapa de triagem, 100 publicações foram excluídas após a leitura de títulos e resumos, permanecendo 49 para análise. Destas, 32 foram descartadas por não atenderem à pergunta norteadora, restando 17 para avaliação de elegibilidade. Após a leitura na íntegra, 5 não cumpriram os critérios de inclusão, resultando na seleção final de 12 estudos. O fluxograma que ilustra o processo está apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma de inclusão de artigos.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO


Os nove artigos selecionados foram sistematizados no Quadro 1, que reúne título, autores, ano, objetivo, metodologia e sua conclusão, permitindo uma visão geral e comparativa das evidências analisadas.

Quadro 1- Apresentação dos dados referente a cada artigo incluído na revisão.

TÍTULO	AUTOR/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
Autonomia Reprodutiva de Mulheres Durante a Pandemia da COVID-19: Um Estudo Transversal	Barbosa <i>et al.</i> , 2025	Analisar a autonomia reprodutiva das mulheres durante a da COVID-19, segundo fatores sociodemográficos, clínicos e reprodutivos.	Estudo quantitativo com delineamento transversal, realizado com 314 mulheres de 18 a 49 anos. As informações foram obtidas por meio de questionário online contendo dados sociodemográficos, clínicos e reprodutivos e da Escala de Autonomia Reprodutiva.	A ausência de parceria sexual favoreceu a autonomia reprodutiva durante a pandemia da COVID-19. Mulheres mais jovens, residentes na capital, com maior escolaridade, sem histórico gestacional e que usaram contraceptivos apresentaram maior autonomia em termos de ausência de coerção e comunicação.
Autonomia Reprodutiva Associada ao Uso de Métodos Contraceptivos entre Mulheres em Idade Reprodutiva	Borges; Dias; Ale, 2023	Verificar os aspectos sociodemográficos associados à autonomia reprodutiva entre mulheres urbanas, em especial na relação com o uso de métodos contraceptivos.	Trata-se de um estudo transversal conduzido com 1.252 mulheres, entre abril e junho de 2021, utilizando a versão brasileira da Escala de Autonomia Reprodutiva.	O tipo de método contraceptivo utilizado foi estatisticamente associado à autonomia reprodutiva em todas as subescalas.
Visões e Práticas de Mulheres Vivendo com HIV/Aids sobre Reprodução, Sexualidade e Direitos	Carvalho; Monteiro, 2021	Analisar as visões e práticas de mulheres vivendo com HIV/aids sobre reprodução, sexualidade e direitos, considerando como esses aspectos são influenciados pelo contexto sociocultural e econômico.	Estudo qualitativo com entrevistas em 2013 e 2018 com sete mulheres vivendo com HIV/aids, analisando experiências sobre maternidade, sexualidade, feminismo e direitos sexuais e reprodutivos.	As mulheres entrevistadas sentem-se responsabilizadas por sua vida sexual e reprodutiva e, embora questionem padrões de gênero e ajustem práticas de maternidade e contracepção, normas tradicionais permanecem fortes. O acesso limitado a recursos compromete a autonomia feminina, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam direitos sexuais e reprodutivos para mulheres vivendo com HIV/aids.
Contracepção e Autonomia das Mulheres na Decisão Pela Gravidez: Efeitos do Programa Bolsa Família.	Couto; Saiani; Kuwahara, 2022	Analisar o Bolsa Família como política de combate à pobreza, enfatizando o papel das mulheres como principais responsáveis pelo uso dos recursos e cumprimento das condicionalidades.	Trata-se de um estudo transversal analítico. Foi utilizado o Propensity Score Matching, com base em dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS) de 2006, para comparar mulheres beneficiárias e	O Programa Bolsa Família não reduziu o uso de métodos contraceptivos nem estimulou a gravidez, mas aumentou o acesso das beneficiárias aos métodos quando eles eram necessários, sugerindo efeitos positivos sobre a



			não beneficiárias do Programa Bolsa Família.	autonomia e poder de decisão das mulheres.
Influência das Características Sociodemográficas e Reprodutivas sobre a Autonomia Reprodutiva entre Mulheres	DIAS, <i>et al.</i> 2021	Analisar a influência das características sociodemográficas e reprodutivas sobre a autonomia	Estudo transversal com 346 trabalhadoras rurais do Programa Chapéu de Palha Mulher (Pernambuco), realizado em fevereiro de 2018, que utilizou questionário da Pesquisa Nacional de Saúde e a Escala de Autonomia Reprodutiva, analisando os dados por regressão linear simples e múltipla.	A autonomia reprodutiva das mulheres rurais é influenciada por fatores sociodemográficos e reprodutivos, podendo ser ampliada por intervenções de educação em saúde sobre direitos sexuais e reprodutivos, bem como relações de poder e gênero.
Desigualdades Socioeconômicas no Uso de Métodos Contraceptivos Entre Mulheres Brasileiras: Uma Análise Multinível Estratificada por Paridade	Felisbino-Mendes; Velasquez-Melendez; Araújo, 2024	Investigar se fatores socioeconômicos individuais e contextuais estão associados ao uso de métodos contraceptivos em mulheres brasileiras de 18 a 49 anos, estratificadas por paridade.	Estudo transversal de base populacional com 16.879 mulheres (18 a 49 anos) da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, avaliando fatores individuais (histórico reprodutivo, acesso a serviços de saúde, características sociodemográficas) e contextuais (IDH, IDS, cobertura da APS e renda).	Apesar da alta cobertura contraceptiva no Brasil, existem desigualdades no acesso, especialmente entre nulíparas em situação de maior vulnerabilidade social, indicando a necessidade de priorização nas políticas públicas.
Percepções Diferentes entre Mulheres e seus Médicos em Relação ao Aconselhamento Contraceptivo: Resultados da Pesquisa TANCO no Brasil	Machado <i>et al.</i> , 2020	Identificar como a participação das mulheres na escolha orientada de métodos contraceptivos contribui para a adequação às suas necessidades e expectativas individuais.	Trata-se de um estudo observacional, de caráter comparativo, onde médicos e mulheres que buscam contracepção responderam questionários online sobre conhecimento, uso e satisfação com métodos contraceptivos, além do interesse em receber mais informações.	Mesmo com alta satisfação com os métodos atuais, as mulheres desejam mais informações sobre contracepção. O aconselhamento personalizado aumenta o conhecimento e a escolha adequada do método.
Acesso Ampliado ao Dispositivo Intrauterino: Impacto de um Processo de Trabalho Promotor da Autonomia na Anticoncepção	Mendonça, <i>et al.</i> , 2024	Refletir sobre os efeitos da reformulação do processo de trabalho de uma equipe de saúde da família na ampliação do acesso ao DIU, avaliando aumento de inserções, redução de gestações não planejadas e promoção da autonomia feminina	Estudo quantitativo, transversal e descritivo em uma Clínica da Família (RJ) que analisou, entre 2017 e 2019, ações de educação permanente, oferta ativa de DIU e retirada de barreiras, comparando o número de DIUs inseridos e gestações planejadas antes e após a intervenção.	Após mudanças no processo de trabalho, aumentaram as inserções de DIU e o percentual de gestações planejadas, promovendo maior adesão ao método, autonomia feminina e exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

				
Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde da Mulher e suas Contribuições para a Disseminação do Conhecimento	Muniz, Silva; Nunes, 2024	Relatar as experiências das acadêmicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) na Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde da Mulher (LAESM), evidenciando suas contribuições para a disseminação do conhecimento em saúde feminina.	Relato de experiência com discentes de Enfermagem da UFAM na Liga Acadêmica de Saúde da Mulher, realizando ações educativas em escolas, UBS e residências sobre saúde feminina entre março de 2022 e maio de 2023.	A participação na liga acadêmica proporcionou aprendizado prático às estudantes e contribuiu para disseminar conhecimento em saúde da mulher, incentivando a criação e participação em ligas estudantis.
Planejamento Reprodutivo e Inserção de Dispositivo Intrauterino Realizada por Médicos e Enfermeiras no Brasil	Rodrigues <i>et al.</i> , 2023	Analisar os registros referentes às consultas de planejamento reprodutivo e à inserção de dispositivo intrauterino realizadas em 2021 por enfermeiros e médicos na Atenção Primária à Saúde no Brasil.	Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e descritivo, que utilizou dados secundários do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Primária e foi submetido à análise de dados por estatística descritiva simples.	É necessário investir na qualificação de médicos e enfermeiros, com o objetivo de ampliar o acesso e garantir o direito das mulheres no país ao cuidado da sua vida sexual. A assistência de enfermagem representa um importante instrumento para consolidar o direito feminino à atenção voltada à saúde sexual e reprodutiva.
Uso de Contraceção e Desigualdades do Planejamento Reprodutivo das Mulheres Brasileiras	Trindade <i>et al.</i> , 2021	Estimar a prevalência do uso de métodos contraceptivos (MC) de acordo com variáveis sociodemográficas entre mulheres brasileiras em idade reprodutiva.	Estudo transversal com 17.809 mulheres da Pesquisa Nacional de Saúde revelou que mais de 80% utilizam algum método contraceptivo, principalmente a pílula (34,2%), seguido de métodos cirúrgicos (25,9%) e preservativos (14,5%).	Apesar dos avanços registrados, a prevalência do não uso de métodos contraceptivos não diminuiu, e persistem desigualdades no acesso à contracepção no país.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A autonomia corporal é um princípio fundamental que abrange direitos humanos, experiências individuais e a capacidade de fazer escolhas informadas sobre sexualidade, reprodução e cuidados ginecológicos, livres de qualquer coerção. Mais do que um direito, ela é um determinante direto das condições de saúde. No contexto da autonomia reprodutiva, isso se manifesta especialmente na liberdade das mulheres para decidir, de forma consciente e autônoma, sobre o uso de métodos contraceptivos (Borges; Dias; Ale, 2023).

Segundo Barbosa *et al.* (2025), em uma pesquisa transversal sobre o uso de contraceptivos, observaram que mulheres que utilizam esses métodos demonstram maior autonomia sobre seus corpos. Curiosamente, em situações como a pandemia de COVID-19, a decisão feminina esteve ligada à ausência de um parceiro sexual. Esse achado sugere que mulheres com menor autonomia reprodutiva tendem a exercer maior independência justamente quando não estão em um relacionamento, o que evidencia a influência e, muitas vezes, a imposição de terceiros sobre suas escolhas corporais.

Para mulheres vivendo com HIV/Aids, as percepções tradicionais sobre os papéis de gênero permanecem mais arraigadas. O cenário sociocultural e econômico é crucial para entender por que muitas mulheres, em particular as negras, possuem visões distintas sobre sua liberdade de escolha. Em grupos vulneráveis, o acesso limitado a informações sobre reprodução, sexualidade e direitos femininos agrava essa situação. Esse quadro é ainda mais intenso em áreas rurais, onde a escassez de serviços de saúde e educação reforça as barreiras à autonomia reprodutiva e corporal (Carvalho; Monteiro, 2021; Felisbino-Mendes, Velasquez-Mendes, Araújo, 2020).

Embora a existência de leis favoráveis aos direitos sexuais e reprodutivos seja essencial, elas, por si só, não garantem a autonomia no dia a dia. A lacuna entre a norma e a prática revela que fatores como a implementação efetiva, o financiamento adequado, a responsabilização institucional e a qualidade dos serviços de saúde são decisivas para transformar direitos formais em escolhas reais. Evidências da Organização Mundial da Saúde e pesquisas recentes indicam que barreiras administrativas e práticas paternalistas ainda limitam o empoderamento feminino, mesmo em contextos legalmente protegidos (Dias *et al.*, 2021).

A qualidade do aconselhamento contraceptivo é outro pilar central para a concretização da autonomia reprodutiva. Abordagens validadas, como o aconselhamento centrado na mulher, permitem avaliar se o cuidado em saúde respeita as preferências individuais, oferece informações equilibradas e evita pressões na escolha de métodos específicos. No Brasil, apesar da ampla disponibilidade de contraceptivos, há um predomínio do uso da pílula oral, em detrimento de opções de longa duração e maior eficácia, como o dispositivo intrauterino (DIU) (Machado *et al.*, 2020; Rodrigues *et al.*, 2023).

Apesar de sua comprovada efetividade, o acesso ao DIU ainda é restrito, em grande parte devido à insuficiente capacitação de médicos e enfermeiros para sua inserção e manejo. Esse cenário aponta para a necessidade de políticas públicas que, além de ampliar a oferta, invistam em formação continuada e na qualificação da assistência, assegurando às mulheres condições reais de optar por métodos contraceptivos seguros e adequados às suas necessidades (Mendonça *et al.*, 2024).

Nesse sentido, Trindade *et al.* (2021) destacam que métodos como o DIU e o implante subdérmico são justamente os menos utilizados entre mulheres que vivenciaram uma gravidez não planejada. Embora existam alternativas seguras, eficazes e até permanentes para prevenir a gestação, a combinação de desinformação, desigualdades no acesso e um contexto sociocultural marcado por valores patriarcais que naturalizam a maternidade contribui para que muitas mulheres se tornem mães sem plena vontade ou preparo.

Programas voltados à redução das desigualdades socioeconômicas também impactam significativamente as decisões reprodutivas das mulheres e o acesso aos métodos contraceptivos para aquelas que não desejam engravidar. No Programa Bolsa Família, por exemplo, as visitas periódicas às unidades de saúde, como parte de suas condicionalidades, promovem a disseminação de informações

sobre sexualidade e gravidez. Embora o aumento da renda possa incentivar algumas mulheres a considerar a maternidade, observa-se, de modo geral, um maior engajamento no planejamento familiar, com escolhas mais conscientes e alinhadas aos seus desejos (Couto; Saiani; Kuwahara, 2022).

Além disso, é crucial reconhecer que violência de gênero, coerção reprodutiva e práticas de esterilização forçada continuam sendo vetores diretos de perda de autonomia corporal e de graves danos à saúde. É notório que populações marginalizadas, como mulheres indígenas, racializadas, pessoas encarceradas e migrantes, são desproporcionalmente afetadas. Para restaurar e proteger a autonomia, é fundamental integrar respostas clínicas, que incluem detecção, tratamento e encaminhamento, com medidas legais e ações comunitárias de prevenção da violência. Além disso, é essencial estabelecer uma vigilância específica sobre práticas médicas coercitivas (Muniz; Silva; Nunes, 2024).

Nesse contexto, as tecnologias digitais e a telemedicina apresentam um potencial significativo para ampliar o acesso e a autonomia, como evidenciado pelo tele-aconselhamento contraceptivo e pelo tele-aborto seguro. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é indispensável uma combinação de regulação adequada, equidade no acesso e proteção rigorosa da privacidade, a fim de evitar o aprofundamento de desigualdades ou a criação de novos riscos. indicam que as Tecnologias Digitais em Saúde (TDS) melhoram o acesso e a experiência em diversos cenários, especialmente para populações remotas (Moreira *et al.*, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação do debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, impulsionada por políticas públicas, movimentos sociais e pesquisas recentes, contribuiu para reconhecer a mulher como sujeito de direitos e promover práticas centradas na pessoa. No entanto, desigualdades de gênero, raça, classe, território e condição social permanecem determinantes na limitação do acesso a informações, métodos contraceptivos e cuidados em saúde de qualidade.

O fortalecimento da autonomia exige mais do que marcos legais: demanda de implementação efetiva, mecanismos de responsabilização, financiamento estável, formação continuada de profissionais e estratégias educativas consistentes. Além disso, a incorporação de tecnologias digitais e abordagens transformadoras de gênero deve ser acompanhada de regulação, proteção da privacidade e foco na redução das desigualdades, evitando que inovações reproduzem formas de controle sobre as mulheres.

Assim, a efetividade das políticas e programas só será alcançada se a autonomia corporal for entendida como princípio inegociável de saúde, direito humano e justiça social. Garantir escolhas reais e informadas para todas as mulheres, especialmente as que vivem em contextos de maior vulnerabilidade, é o caminho para consolidar uma sociedade mais equitativa, plural e centrada na dignidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, C.S.M. *et al.* Autonomia reprodutiva de mulheres durante a pandemia da COVID-19: um estudo transversal. **Rev Latino-Am Enferm.**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 1-12, Jan. 2025.
- BERTH, J. Empoderamento (Feminismos Plurais). Belo Horizonte: **Editora Jandaíra**, 2019. 154 p.
- BORGES, A.LV.; DIAS, A.C.S.; ALE, C.C.S. Autonomia reprodutiva associada ao uso de métodos contraceptivos entre mulheres em idade reprodutiva. **Rev Gaucha Enferm.**, [S.L.], v. 44, n.1, p. 1-16, Dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico: Mortalidade Materna no Brasil**, 2022. Brasília: MS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- CARVALHO, J.M.R.; MONTEIRO, S.S. Visões e práticas de mulheres vivendo com HIV/aids sobre reprodução, sexualidade e direitos. **Cad Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 6, p. 1-11, Jun. 2021.
- CORNWALL, A. Além do “empoderamento light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cad Pagu**, Campinas, v. 1, n. 52, p. 1-33, Jan. 2018.
- COUTO, M.C.A.; SAIANI, C.C.S.; KUWAHARA, M.Y. Contracepção e autonomia das mulheres na decisão pela gravidez: efeitos do Programa Bolsa Família. **Econ Soc.**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 229-255, Jan. 2022.
- DANTAS, H.L.L. *et al.* Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. **Rev Cient Enferm.**, São Paulo, v. 12, n. 37, p. 334-345, Mar. 2021.
- DIAS, A.C.S. *et al.* M. Influência das características sociodemográficas e reprodutivas sobre a autonomia reprodutiva entre mulheres. **Texto Contexto Enferm.**, [S.L.], v. 30, n.1, p. 1-15, Jun. 2021.
- FELISBINO-MENDES, M.S.; VELASQUEZ-MELENDZ, G.; ARAÚJO, F.G. Desigualdades socioeconômicas no uso de métodos contraceptivos entre mulheres brasileiras: uma análise multinível estratificada por paridade. **Heliyon**, [S.L.], v. 10, n.14, p. 34833, Jul. 2024.
- FRANÇA, L.I.S. *et al.* Empoderamento feminino e sua correlação com a saúde da mulher. **Braz. J. Dev.**, Curitiba, v. 8, n. 10, p. 67324-67329, Out. 2022.
- FREITAS, R.S.; MEZZAROBBA, O.; ZILIO, D. A autonomia decisória e o direito à autodeterminação corporal em decisões pessoais: uma necessária discussão. **Rev Dir Bras.**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 168-182, Dez. 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Saúde 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- MACHADO, R.B. *et al.* Diferentes percepções entre mulheres e seus médicos sobre o aconselhamento contraceptivo: resultados da pesquisa TANCO no Brasil. **Rev Bras Ginecol Obstet.**, [S.L.], v. 42, n. 5, p. 255-265, Mar. 2020.
- MEIRELIS, I.C.; ROCHA, J.M.S. Direito de acompanhamento da mulher na saúde: uma análise dos reflexos da lei 14.737/2023. **Rev Multidiscip Nordest Min.**, Almenara, v. 8, n. 1, p. 1-15, Ago. 2024.



MENDONÇA, M.O.L. *et al.* Acesso ampliado ao dispositivo intrauterino: impacto de um processo de trabalho promotor da autonomia na anticoncepção. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, [S.L.], v. 19, n. 46, p. 3975-3986, Out. 2024.

MOL, F.; GAZZOLA, L. Violência contra a mulher: um estudo sobre o patriarcado enraizado nas estruturas familiares. **Perspect Med Legal Peric Med.**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 1-11, Jan. 2024.

MOREIRA, L.R. *et al.* Uso de métodos contraceptivos modernos e planejamento da gravidez: um estudo de coorte. **Rev de Saúde Pública**, [S.L.], v. 59, n.1, p.1-12, Mar. 20

MUNIZ, R.R.; SILVA, T.F.L.; NUNES, S.S. Liga acadêmica de enfermagem em saúde da mulher e suas contribuições para a disseminação do conhecimento. **Rev Eletr Acervo Saúde**, [S.L.], v. 24, n. 7, p. 1-7, Jul. 2024.

RODRIGUES, G.A. *et al.* Planejamento reprodutivo e inserção de dispositivo intrauterino realizada por médicos e enfermeiras no Brasil. **Cogitare Enferm.**, [S.L.], v. 28, n.1, p. 1-13, Jun. 2023.

SANTOS, M.P. Para entender o empoderamento. **Rev Estud Fem.**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-4, Mar. 2020.

TRINDADE, R.E. *et al.* S. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. **Cienc Saúde Colet.**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 3493-3504, Ago. 2021.